

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ.
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 182/2022.
PROCESSO Nº 20.170/2022.

Assunto: Recurso contra a inabilitação desta proponente referente ao item 5.

J & W Transportes, Locação e Serviços LTDA – ME, CNPJ nº. 16.631.485/0001-51, Inscrição Estadual 79.73893.0, Inscrição Municipal 101173, com sede à Estrada RJ 127, 10.389 – Loja – Vila São José – Paracambi-RJ – CEP 26.600-000. Endereço Eletrônico: jewtransporte@yahoo.com.br; Fone – (21) 99781-1637, por intermédio de seu representante legal, o Sr. WILSON CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 10.560.388-0, CPF: 070.017.177-03, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Complementar nº 123/2006, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, apresentar:

RECURSO

Em face da inabilitação desta empresa, no Pregão referenciado, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que cabe Recurso Administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis da decisão, que ocorreu no dia 03/04/2023. Desta forma, resta demonstrada a tempestividade do presente Recurso apresentado em 06/04/2023.

II. DOS FATOS E DAS RAZÕES

Cumpra inicialmente, aludir à lisura com que tramitou até o presente momento o processo licitatório em referência. É forçoso reconhecer a clarividente presença dos princípios basilares e norteadores do CONTRADITÓRIO e da AMPLA DEFESA, cujos princípios são corolários do Estado Democrático de Direito e foram colocados à disposição de todos os participantes do certame pelo (a) Sr (a). Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio.

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame em questão, a Recorrente e a Recorrida, dele vieram participar.

Buscando sempre atender a legalidade e correto prosseguimento do certame, até a fase de habilitação, nós da JeW, mantendo o respeito e seriedade com a Administração, ofertamos nossos melhores preços na fase de lances, mantivemos atenção ao envio de toda documentação habilitatória, proposta de preços e encaminhamento dos documentos complementares aos moldes do solicitado.

Nossa empresa, no dia 22 de março encaminhou a documentação complementar elencada no Termo de Referência do referido processo nº 20.170/22, especificamente quanto aos subitens 08, 09 e 10. Sendo acusado o recebimento no dia 24 de março com a seguinte mensagem: "Prezados, bom dia. Vimos por meio deste, informar que em observância os documentos que foram entregues pela Empresa JeW Transportes Locação e Serviços Ltda no dia 22 de Março de 2023 (estando a empresa ainda dentro do prazo para apresentação das referidas documentações), contudo esta administração procedeu com a conferência tão somente no dia 24/03/2023, constatamos que faltaram a apresentação de alguns documentos solicitados no Edital, conforme elencados abaixo: [...] Desta feita por ordem da Ordenadora da Pasta, Srª Nicole Ribeiro Lessa Cipriano, solicitamos o envio da documentação arrolada em caráter de URGÊNCIA, com prazo máximo até 27/03/2013".

Novamente, com seriedade, nossa organização encaminhou a documentação solicitada no dia 27 de março, inclusive a documentação alusiva ao item 5, onde não deixou-se de apresentar a apólice de seguro referente ao segundo veículo contemplado no item 5.

Sabe-se que a segunda apólice não mencionava diretamente a placa do segundo veículo, erro este material, cometido pela seguradora ao qual poderia ser esclarecido em caráter de diligência, conforme pressupõe o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93: "§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Nos ensinamentos de Ivo Ferreira de Oliveira, que elucida com a clareza a questão, a diligência visa:

"(...) oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade JULGAR CORRETAMENTE O CERTAME, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório. "(Ivo Ferreira de Oliveira, Diligências nas Licitações Públicas, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24.). [Grifo nosso].

Impende deixar assentado que, apesar de a Lei nº 8.666/93 referir-se à diligência como uma faculdade, ou seja, fruto do exercício de uma competência discricionária do agente público que pode, desta forma, a seu juízo, determinar ou não a instauração, esta é, imprescindível e inafastável para que os atos da Administração sejam pautados em fatos e circunstâncias concretas, materiais e reais.

Neste sentido, Marçal Justen Filho ensina que:

"a realização da diligência não é uma simples 'faculdade' da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências

apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização. "(Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16 ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.) [grifo e destaque nosso]

Ressalte-se, ainda, que a diligência não está condicionada a autorização prévia no instrumento convocatório ou ao pleito do particular, deve ser, na verdade realizada de ofício a fim de salvaguardar a Supremacia do Interesse Público, todavia, nada impede que na omissão deste, haja provocação do interessado para sua realização.

A realização de diligências para a correção de vícios diminutos e formais pela Administração constitui derivação direta dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Não é razoável nem proporcional vedar a participação de determinado licitante, quando seu suprimento não acarrete prejuízo ao processo de licitação e nem aos demais licitantes.

Respeitosamente, o Ilmo Sr. Pregoeiro e esta douta comissão não notou que atendemos às exigências em sua totalidade e no prazo estabelecido.

III. CONCLUSÃO

Por todo exposto, requer que o presente RECURSO seja julgado totalmente procedente, para fins de REFORMAR A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA JEW PARA O ITEM 5, reconhecendo que nossa empresa apresentou toda documentação prevista no Edital e seus anexos, não excluindo a possibilidade desta comissão realizar diligências afim de complementar as informações já enviadas.

Caso este Pregoeiro opte por manter sua decisão, requer com fulcro no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção, devendo o Julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Nestes termos, pede deferimento.

Paracambi-RJ, 06 de abril de 2023.

WILSON CESAR DE OLIVEIRA

RG.: 10.560.388-0

CPF: 070.017.177-03

Fechar